

## A NOVA CEPAL E O “MAL-ESTAR” SOCIAL NA AMÉRICA LATINA

Hugo Figueira de Souza Correa\*

Marcelo Dias Carcanholo\*\*

### Resumo:

O objetivo primário do presente trabalho é lançar um olhar crítico sobre a produção científica da CEPAL nas décadas pós-1980, a Nova CEPAL. A hipótese do trabalho é que as mudanças processadas no interior da instituição não permitem mais que se ponha a CEPAL entre aqueles que procuram uma alternativa real à estratégia neoliberal de desenvolvimento, ora hegemônica. Enfocando questões relativas à Economia do bem-estar e às políticas sociais que daí derivariam, argumenta-se que houve uma aproximação entre os discursos neoliberal e cepalino que passam a compartilhar uma visão de mundo comum, ainda que não idêntica. Busca-se com este trabalho contribuir com o debate de quais são as alternativas hoje realmente postas às nações latino-americanas.

**Palavras-chave:** CEPAL; neoliberalismo; desenvolvimento econômico; políticas sociais.

### Abstract:

The main objective of this paper is to throw a critical look over the ECLAC's scientific production in the post-1980 decades, the so called New ECLAC. The paper hypothesis is: after the changes suffered by ECLAC, that institution can no longer be placed side by side with the ones who seeks for real alternatives to the Neoliberalism – the hegemonic development strategy of nowadays. Looking specifically to the welfare economics and social policies debate, it is argued that Neoliberalism and the ECLAC became closer perspectives and started to share the same world view. This paper seeks to clarify the debate over the real development alternatives for Latin American economies.

**Keywords:** ECLAC; Neoliberalism; economic development; social policies.

### INTRODUÇÃO

É impensável para um pesquisador interessado na história econômica da América Latina no pós-guerra não conhecer a Comissão Econômica Para América Latina (CEPAL).<sup>1</sup> A CEPAL é uma instituição ligada às Nações Unidas fundada em 1948, com sede em Santiago do Chile e objetivo de “contribuir al desarrollo económico de América Latina, coordinar las acciones encaminadas a su promoción y reforzar las

---

\* Mestrando do PPGE-UFU.

\*\* Prof. Adjunto da Faculdade de Economia da UFF.

<sup>1</sup> A partir do ano de 1984 foi deliberado pelo Conselho da instituição que esse nome fosse alterado para Comissão Econômica Para América Latina e Caribe – a despeito do quê se manteve a sigla já consagrada, CEPAL.

relaciones económicas de los países entre sí y con las demás naciones del mundo” – como exposto em seu *web site*. Em termos concretos, esse objetivo se traduzia, àquela época, na formulação de teorias e políticas econômicas que levassem em conta as especificidades da região e visassem o seu desenvolvimento.<sup>2</sup>

A CEPAL, já em seu nascedouro, exerceu uma inegável influência sobre os rumos das economias latino-americanas, fornecendo suporte a tipos de política que contradiziam aquelas preconizadas pela teoria econômica tradicional. Assim, a despeito das limitações que se possa encontrar e discordâncias que se possa ter com o pensamento cepalino em seu período inicial, a CEPAL possuía então uma proposta política diferente da que era alardeada desde os países centrais.

Nesse sentido, a Comissão elaborou uma teoria sobre comércio internacional que contradizia a ortodoxia ricardiana, então vigente, denunciou a existência de ordem internacional hierarquizada desfavorável aos países subdesenvolvidos, e ajudou a sedimentar a idéia de que era necessária na periferia uma atuação ativa do Estado na economia – uma atuação que contrariasse os sinais de mercado, e também o discurso econômico ortodoxo, e permitisse às economias periféricas se desenvolverem. Tudo isso partindo de uma orientação metodológica de pesquisa diferente daquela sugerida pelos economistas tradicionais, o que seria chamado “estruturalismo”, em virtude de seu método que procurava induzir da realidade latino-americana os determinantes estruturais que explicassem seu subdesenvolvimento.

Pois bem, já se vão quase 60 anos da fundação da CEPAL e não há sombra de dúvidas que a instituição mudou bastante de caráter. Nada mais natural depois de tanto tempo, mas há muitas formas de mudar e, de certa maneira, esse trabalho versa, em seu objetivo mais estrito, sobre o caráter da mudança cepalina. A mudança que se pretende estudar – acredita-se a mais significativa da história dessa instituição – se deu em meados dos anos 1980, não por acaso no período em que mudava todo o cenário ideológico mundial com a ascensão do neoliberalismo.

O objetivo primário do presente trabalho é lançar um olhar crítico sobre a produção científica da CEPAL nas décadas pós-1980, que constitui o que se chamou

---

<sup>2</sup> Embora a agência seja responsável por importantes análises e formulações acerca da economia latino-americana, Ricardo Bielschowsky (2000, p. 17), autor de uma das mais importantes resenhas sobre a evolução do pensamento cepalino, chama atenção para o fato de que a CEPAL “nunca foi uma instituição acadêmica, e que seu público-alvo são os *policy-makers* da América Latina”.

aqui de Nova CEPAL – em oposição à “velha CEPAL” (Vitagliano, 2004) ou à “CEPAL clássica” (Carcanholo, 2006). A hipótese do trabalho é que as mudanças processadas no interior da instituição não permitem mais que se ponha a CEPAL entre aqueles que procuram uma alternativa real à estratégia neoliberal de desenvolvimento, ora hegemônica. Nesse sentido, argumenta-se que houve uma aproximação entre os discursos neoliberal e cepalino, que passam a compartilhar uma visão de mundo comum, ainda que não idêntica.

Para atingir esse objetivo foi necessário que, antes de tudo, se qualificasse o uso que se deu ao tão controverso termo “neoliberalismo”. Apesar das desvantagens que existem em utilizar um conceito que possui diferentes acepções, entende-se que foi importante sua manutenção, pois, em sua melhor acepção, ele sintetiza a ideologia e o projeto político que são, hoje, socialmente hegemônicos. Em outras palavras, os rumos do mundo são hoje dirigidos com base no discurso propalado pela ótica neoliberal – e é exatamente isso que torna tão premente sua crítica e não seu veto. Hoje, há alguma organização social já aglutinada para combater essa ótica e é extremamente importante que se aproveite essa organização existente sem que, entretanto, se deixe de qualificar o uso do termo, tentando encaminhar o debate para a direção na qual ele é realmente proveitoso – e isso inclui criticar a noção neoliberal de que “não há alternativas”.<sup>3</sup> Lembrar que há alternativas é algo sempre importante e conduz precisamente a um outro ponto que se pretende destacar neste trabalho, explicado a seguir.

Com a motivação de cumprir os fins propostos, optou-se por eleger um campo mais específico do discurso cepalino para um exame pouco mais minucioso. Assim, colocou-se ênfase nas idéias cepalinas relativas à Economia do bem-estar e às políticas que daí derivariam. Acredita-se que esse é um foco particularmente fecundo em virtude da inexorável associação que existe entre um projeto social qualquer e o que se espera dele em termos do nível de vida da população em geral. Ou seja, sempre há a expectativa e a promessa de que uma estratégia de desenvolvimento corretamente aplicada seja capaz de ampliar o bem-estar da sociedade. Com efeito, mesmo a estratégia neoliberal, com seus rotundos fracassos nessa área, não poderia se isentar de fazê-lo. Note-se adicionalmente: um dos traços marcantes da estratégia novo-cepalina é precisamente a tentativa de uma gestão mais eficiente das políticas neoliberais com

---

<sup>3</sup> Esse mote neoliberal foi perfeitamente sintetizado no slogan da então primeira-ministra britânica Margaret Thatcher: TINA, *There Is No Alternative*.

vistas a reduzir os “problemas sociais” (pobreza, desigualdade etc.). Por isso a Nova CEPAL defende uma estratégia em que a *transformação produtiva* se faz acompanhar de *equidade*.

Na tentativa de melhor capturar as questões levantadas nesta breve introdução, o presente trabalho se estrutura da seguinte maneira: no próximo item, debate-se em que termos se deu a emergência do neoliberalismo a partir da década de 1970 e o que diz seu discurso. No item seguinte, a CEPAL é trabalhada de modo mais específico. Procura-se mostrar que houve uma mudança real nos discursos cepalinos “clássico” e “novo”, investigando o quão distantes estão a Nova CEPAL e o neoliberalismo. Por fim, dedica-se a última seção do trabalho à construção de uma perspectiva crítica.

## **2. NEOLIBERALISMO: A ESTRATÉGIA HEGEMÔNICA**

### ***2.1 Um breve histórico***

O neoliberalismo surgiu em meados da década de 1970 como uma ideologia que se contrapunha ao desenvolvimentismo dos anos anteriores, responsável pelo que ficou conhecido como a “Era de Ouro” do capitalismo. A expressão “Era de Ouro” foi cunhada no intuito de designar o período compreendido entre os anos 1945 e 1973, cuja peculiaridade foi a generalização de taxas de crescimento altas e a elevação dos padrões de vida.<sup>4</sup> Com as políticas econômicas inspiradas nas idéias keynesianas de sustentação da demanda agregada (o Estado de Bem-estar social), os sindicatos mais fortes do que nunca e uma determinada situação da geopolítica mundial, dominada pela guerra fria, montou-se neste período toda uma rede de instituições que possibilitaram a melhora das condições de vida inclusive das classes trabalhadoras.

Alguns dados retratam bem o que significou a Era de Ouro para o mundo capitalista. De acordo com dados do Banco Mundial (ver abaixo tabelas 1 e 2), o PIB mundial cresceu a uma média de 5,48%, entre os anos de 1960 e 1973 – ao passo que o

---

<sup>4</sup> A delimitação deste período, como também o alcance dos fenômenos mencionados, são obviamente aproximados. É especialmente importante ter isso em mente ao lembrar-se que se está tratando de um fenômeno que atingiu todo o mundo capitalista, mas que, como não poderia deixar de ser, o atingiu de modo desigual. Nesse sentido, pode-se lembrar que países como o Brasil, México e a Índia, por exemplo, continuaram a manter taxas de crescimento elevadas pelo menos até a década de 1980. Igualmente, quando se menciona uma elevação nos padrões de vida que atingem a sociedade como um todo, certamente tem-se em vista muito mais os países centrais do que os periféricos – onde, a despeito de ter havido casos de melhora, na classe trabalhadora o padrão manteve-se muito baixo.

PIB per capita cresceu 3,41%. No mesmo período, a expectativa de vida no mundo subiu quase 10 anos, passando de 52 para 60 anos, e a taxa de mortalidade infantil (porcentagem de crianças que morrem antes de atingir um ano de idade) caiu de 11,93 para 9,05%. O índice de desemprego revela ainda uma das mais impressionantes e reverenciadas características desse período: segundo dados citados por Hobsbawm (2004, p.262), 1,5% foi a taxa média de desemprego na Europa dos anos 1960 – uma cifra completamente inusitada até então.

<b>Tabela 1 – Crescimento médio do PIB (regiões e países selecionados, %)</b>				
	1961-1973	1974-1979	1980-1989	1990-2001
Mundo	5,48	3,24	3,02	2,51
Alemanha	4,51	2,39	1,97	1,74
França	5,41	2,83	2,38	1,93
Reino Unido	3,18	1,48	2,40	2,18
Estados Unidos	4,11	3,04	3,00	2,90
Países ricos da OCDE	5,42	2,90	2,92	2,32
Leste asiático e pacífico <sup>1</sup>	5,31	6,48	7,39	7,39
América Latina e Caribe	5,79	5,05	1,91	2,77

Fonte: Banco Mundial (2003), *World Development Indicators*.

Notas: 1) Inclui os seguintes países: Samoa Americana, Camboja, China, Fidji, Indonésia, Kiribati, Rep. Dem. Coréia, Lao PDR, Malásia, Ilhas Marshall, Micronésia, Mongólia, Myanmar, Palau, Papua Nova Guiné, Filipinas, Samoa, Ilhas Solomon, Tailândia, Timor-Leste, Tonga, Vanuatu, Vietnam.

<b>Tabela 2 – Crescimento médio do PIB per capita (regiões e países selecionados, %)</b>				
	1961-1973	1974-1979	1980-1989	1990-2001
Mundo	3,41	1,40	1,28	1,06
Alemanha	4,12	2,58	1,88	1,36
França	4,35	2,34	1,85	1,53
Reino Unido	2,62	1,47	2,20	1,97
Estados Unidos	2,84	2,01	2,05	1,66
Países ricos da OCDE	4,34	2,12	2,30	1,63
Leste asiático e pacífico	2,96	4,63	5,69	6,07
América Latina e Caribe	3,05	2,59	-0,11	1,10

Fonte: Banco Mundial (2003), *World Development Indicators*.

A despeito do que se possa dizer acerca desses “anos gloriosos” do capitalismo, em meados dos anos 1970 começa a ganhar espaço crescentemente uma nova visão de mundo, o neoliberalismo. Essa concepção nascente devia grande parte de sua teorização ao grupo formado, ainda durante o período desenvolvimentista, por intelectuais de direita, grupo este conhecido como Sociedade de Mont-Pèlerin, que contava com economistas como Friedrich von Hayek e Milton Friedman. Entretanto, é importante assinalar, não se pode entender a emergência dessa ideologia em referência somente a alguns pensadores responsáveis por idealizar um projeto neoliberal. Ao contrário, já

existiam na década de 1970 fraturas na sociedade que indicavam a impossibilidade de manutenção daquele arranjo responsável por dar ao capitalismo seus anos de ouro.<sup>5</sup>

Como nota Hobsbawm (2004, p. 396), embora as Décadas de Crise não tenham marcado um colapso da economia mundial, o arranjo que permitira “domar” o capitalismo durante quase 30 anos já não funcionava mais e “os problemas que tinham dominado a crítica ao capitalismo antes da guerra, e que a Era de Ouro em grande parte eliminara durante uma geração – ‘pobreza, desemprego em massa, miséria, instabilidade’ –, reapareceram depois de 1973”. Por outro lado, entende-se que somente após a queda do mundo socialista o projeto neoliberal poderia se firmar socialmente. As críticas, citadas por Hobsbawm, perdem sua efetividade no momento em que não há um projeto alternativo de sociedade: é nesse sentido que se entende, com Anderson (2003, p.87), que é uma particularidade da ideologia neoliberal o fato de essa se anunciar como o “ponto final” da história humana e a vitória incontestada do capitalismo.

A ideologia neoliberal foi capaz de arrebatar quase todas as esferas do pensamento social contemporâneo, tornando-se, assim, hegemônica. Em um mundo em que já não se apresentam as disputas ideológicas da Guerra Fria, o neoliberalismo aparece como a expressão do triunfo capitalista, do triunfo da “sociedade de mercado”, e se espalha pelo globo como a única alternativa. É nesse sentido que o historiador inglês Perry Anderson (2003, p.90) afirma ser essa “a ideologia política mais bem sucedida da história” – tanto em termos extensivos (do alcance geográfico), quanto intensivos (por sua capacidade de colocar-se como “pensamento único”).

## ***2.2 Neoliberalismo e desenvolvimento***

A ideologia nascente nos 1970 ganha o nome de “neoliberalismo” por reeditar a noção oriunda do liberalismo clássico de que o mercado é a instância mais adequada à alocação dos recursos de uma sociedade qualquer, motivo pelo qual não deveria haver interferência do Estado na economia.<sup>6</sup> Não por outro motivo, os neoliberais ganharam

---

<sup>5</sup> Concorde-se aqui com Cise (2006, p. 150): “As teorias neoliberais, esta ‘novilíngua’ levada por uma centúria de economistas como Hayek e Milton Friedman, não estão na origem da ofensiva que conhecemos há mais de 30 anos contra o valor da força de trabalho. Eles deram caução ideológica ao movimento. O ponto de partida destas políticas deve-se procurar nas contradições mortais do sistema baseado na propriedade privada dos meios de produção e de decomposição que causa à humanidade”.

<sup>6</sup> É importante ter presente que embora o neoliberalismo tenha pressupostos semelhantes e assuma um projeto político idealizado pelo liberalismo clássico há inúmeras divergências entre essas duas doutrinas. Carcanholo (2004, p.284-288) sintetiza essas diferenças nos seguintes pontos: (i) enquanto o liberalismo

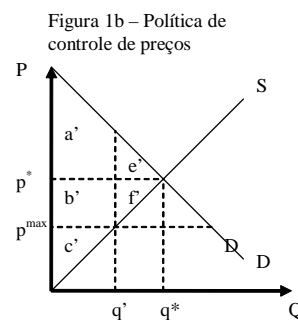
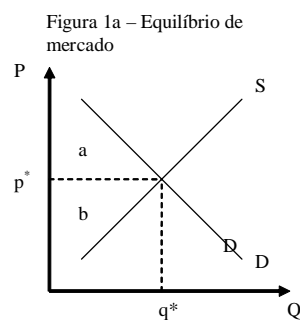
terreno defendendo que a crise dos 1970 se devia ao excesso de intervencionismo estatal, que teria conduzido as economias a um processo inflacionário crescente, em virtude do descontrole financeiro estatal, e a redução dos investimentos privados, deprimidos pelo excesso de investimento público e pelos desincentivos advindos das políticas de proteção social (que, por um lado, aumentavam o custo da mão de obra, e, por outro, aumentavam os desempregos friccional e voluntário).

Em termos teóricos, a proposta política neoliberal, de formar tanto quanto possível uma “sociedade de mercado”, se acha fundamentada na ortodoxia neoclássica da teoria econômica: em seus próprios termos, a máxima liberdade dos mercados garantiria a máxima eficiência na alocação dos recursos de uma dada sociedade, garantindo, assim, também o máximo bem-estar social.<sup>7</sup>

---

clássico possuiu um caráter progressista, na medida em que se dirigia contra a nobreza e o Estado estamental, o neoliberalismo aparece como uma força conservadora que vai contra o Estado de bem-estar; (ii) o neoliberalismo, diferentemente do liberalismo clássico, se esforça em “obscurecer” seu caráter ideológico e se apresentar, não como uma ideologia, mas como a “única opção”; (iii) enquanto o liberalismo clássico tinha seus fundamentos na filosofia e na política, o neoliberalismo se fundamenta na teoria econômica e pretende subordinar as demais esferas sociais aos critérios econômicos; (iv) o liberalismo clássico enxergava os conceitos de “liberdade” e “igualdade” como conceitos próximos, ao menos em sentido jurídico, ao passo que no neoliberalismo, a “igualdade” deixa de ser um valor – enfatiza-se, ao contrário, o caráter desigual dos seres humanos; (v) por fim, a função ideal do Estado não é vista do mesmo modo: enquanto o antigo liberalismo foi conhecido por suas proposições sobre o Estado mínimo, os neoliberais reconhecem que deve haver um Estado forte o suficiente para garantir o Estado mínimo.

<sup>7</sup> Esse argumento poderia ser “cientificamente” comprovado utilizando-se uma análise neoclássica de equilíbrio parcial – ou seja, uma análise de um mercado representativo que poderia ser entendida para qualquer outro.



Na figura 1a,  $p^*$  é o preço de equilíbrio, vigente caso o mercado seja deixado em liberdade. Em termos de bem-estar, tem-se nesse momento que o “excedente do produtor”, que mede o benefício obtido por produtores no intercâmbio, é igual à área do triângulo  $b$ ; enquanto o excedente do consumidor é representado pela área  $a$ . Suponha-se que o governo intervenha nesse mercado, por exemplo, estabelecendo uma política de controle de preços que imponha um preço inferior àquele de equilíbrio – como visto na figura 1b. O preço efetivo torna-se agora  $p^{\max}$ , e o governo imagina que, com isso, melhorou a situação dos consumidores. Contudo, o novo preço desincentiva a produção e a oferta é reduzida até o ponto  $q'$ . O que se observa nesse novo ponto em que opera a economia, é que uma parte do excedente do produtor, representada pela área  $b'$ , de fato é transferida para os consumidores, mas outra parte do excedente do consumidor,  $e'$ , é perdida em virtude da redução da produção. O novo excedente do

É importante notar que de acordo com essa perspectiva a organização social via mercado é mais do que uma opção, é um imperativo, sobretudo no período atual de “globalização” – em que a mobilidade e o poder dos capitais são ainda mais fortes do que jamais foram. Qualquer tentativa de desvio em relação a esse caminho seria, quando menos, irresponsável ou, na terminologia da moda, “populista”. Ao mesmo tempo, políticas governamentais passam a ser avaliadas como “boas” ou “ruins” na medida em que distorcem ou não os preços de mercado, criando ineficiências econômicas. Logo o debate de políticas econômicas seria algo puramente técnico, completamente vazio de conteúdo político.

A despeito dessa pretensão tecnicista, deve-se observar que ainda assim não existe um receituário único e rígido de políticas neoliberais.<sup>8</sup> Existem sim algumas orientações que constituem, efetivamente, uma estratégia neoliberal de desenvolvimento. Essas orientações, os pré-requisitos da retomada do crescimento e do desenvolvimento social, defendem que, em primeiro lugar, é preciso garantir a estabilização monetária (controle da inflação) – o que, segundo essa perspectiva, se deveria realizar pelo controle das contas públicas;<sup>9</sup> em segundo lugar, seria necessário implementar uma série de “reformas” institucionais e políticas, as ditas “reformas estruturais”. As reformas estruturais deveriam ter como alvo: aberturas e desregulamentações comercial e financeira, privatizações, fortalecimento de instituições que garantem a manutenção da estabilidade monetária (como leis que forcem o equilíbrio orçamentário dos governos ou que sugerem a independência dos bancos centrais, por exemplo), desregulamentação das relações capital-trabalho etc.

Assim, o argumento neoliberal é que seguindo essas orientações seria possível retomar uma trilha de desenvolvimento, ou como pôs John Williamson (1990), o

---

produtor é bem menor (área  $c'$ ) e o novo excedente do consumidor tem um resultado ambíguo, representado pela área ( $a' + b'$ ). Porém mais do que isso, o que o gráfico revela é que haveria uma perda para a sociedade como um todo, a área ( $e' + f'$ ). Essa área é chamada de “peso morto” e denota exatamente a ineficiência econômica gerada pela intervenção estatal. Nesse caso, é fácil perceber que caso o governo não tivesse intercedido os resultados seriam mais satisfatórios.

<sup>8</sup> É importante dar relevo a essa consideração, pois uma análise histórica da implementação do neoliberalismo em diferentes países mostra que, não só o conjunto de medidas adotadas é bastante heterogêneo, mas que além disso foram usadas até mesmo medidas que poderiam ser atribuídas à heterodoxia econômica.

<sup>9</sup> Há, nesse sentido, uma retomada da velha “teoria quantitativa da moeda”, segundo a qual a inflação é explicada primordialmente pelo aumento da quantidade de moeda em circulação, e esta seria por pressuposto de controle exclusivo dos governos. Assim, se conclui que todo aumento generalizado de preços tem por contraparte o excesso de gasto público.



economista responsável pela criação da expressão Consenso de Washington, as reformas estruturais deveriam ser assumidas na medida em que favoreceriam a consecução dos “objetivos-padrão” de política econômica: “growth, low inflation, a viable balance of payments, and an equitable income distribution”. A consecução desses objetivos seria reflexo direto da adoção da estratégia proposta de fortalecer os mecanismos de organização social via mercado.

Segundo a perspectiva aqui adotada, a diversidade de medidas econômicas utilizadas na implementação do neoliberalismo não depõe contra a validade do conceito de neoliberalismo. Evidencia somente que essa perspectiva prioriza a consolidação de um certo projeto de sociedade, uma “sociedade de mercado”, em detrimento da forma como se chegaria a essa. Ao longo dessa seção, mais do que somente apontar quais os elementos centrais da ideologia neoliberal, tentou-se mostrar que, por um lado, o neoliberalismo defende um *projeto* de sociedade, onde se lograria, em tese, máximos benefícios sociais, uma vez que se utilizaria e distribuiria os recursos da melhor forma possível. Por outro lado, há também uma *estratégia* neoliberal que defende os meios necessários para a consecução de seu projeto. O que se tenta fazer agora é rebater duas das críticas feitas à noção defendida de que existe uma estratégia de desenvolvimento neoliberal.

Nesse sentido, uma primeira idéia a ser rejeitada diz respeito à afirmação de que o neoliberalismo se resume à aplicação de políticas de curto-prazo. Essa afirmação tem como pano de fundo outro tipo de políticas de desenvolvimento, efetivamente outra estratégia de desenvolvimento, que em geral tomam o período desenvolvimentista por referência. Assim, se, por exemplo, questiona-se o fato de não existir na maioria dos governos neoliberais uma política industrial ou de infra-estrutura, ficando o debate de política econômica restrito à discussão sobre as taxas de juros ou de câmbio, isso não implica a inexistência de uma preocupação com o longo-prazo; exatamente porque segundo os neoliberais a infra-estrutura de longo-prazo não é algo a ser resolvido na instância governamental. Nesse tocante, caberia ao Estado tão somente garantir um “bom” ambiente macroeconômico e o funcionamento de instituições que favoreçam o investimento privado.<sup>10</sup>

---

<sup>10</sup> Mesmo assim, o neoliberalismo e a teoria econômica tradicional que lhe serve de base também tratam a questão da política industrial, ainda que o façam desde um ponto de vista mais horizontalista, isto é, o desenvolvimento dos setores da economia estaria atrelado à dinâmica inovadora das firmas, mas esta seria estimulada pela promoção da concorrência e da contestabilidade nos mercados. Em suma, para este tipo

Uma segunda crítica que se procura negar sugere que não existe uma estratégia de desenvolvimento neoliberal porque as ações inspiradas nessa ideologia não podem realmente conduzir ao desenvolvimento. Contra essa posição basta lembrar que o fato de a estratégia de desenvolvimento neoliberal não ser realizável não lhe retira o caráter de ser uma estratégia – assim como em uma guerra, tanto os generais vencedores quanto os vencidos tomam decisões estratégicas. Em síntese, ser ou não uma estratégia de desenvolvimento é algo que é definido não por seus resultados, mas pelo projeto que a norteia.

Defender que existe uma estratégia neoliberal de desenvolvimento não implica de modo algum defender essa estratégia ou aqueles que a apóiam, mas apreender corretamente o fenômeno para melhor combatê-lo.

### ***2.3 Neoliberalismo e a Economia do bem-estar***

Obviamente, a primeira determinação fundamental, desde a ótica neoliberal, para promover a elevação do bem-estar era o fortalecimento dos mecanismos de mercado. Como se procurou destacar anteriormente, a intervenção estatal criaria ineficiências reduzindo o bem-estar nacional agregado. Do ponto de vista individual, os economistas neoclássicos procuravam mostrar os benefícios dessa posição através dos chamados “teoremas do bem-estar”.

Em termos sintéticos, o primeiro teorema do bem-estar garantiria que todo equilíbrio encontrado por meio de um mercado competitivo é Pareto-eficiente.<sup>11</sup> Ou seja, sempre que o mercado funciona livremente o bem-estar social é maximizado. O segundo teorema do bem-estar define que todo equilíbrio Pareto-eficiente pode ser encontrado por meio de um mercado competitivo. Isso significa que qualquer um dos múltiplos pontos capazes de maximizar o bem-estar social pode ser atingido através dos mecanismos de mercado. As implicações desse teorema em termos de política são importantíssimas, pois segundo ele, caso não se considere justa uma determinada

---

de pensamento, quanto maior a preponderância dos mercados na sinalização dos preços relativos, maior a tendência da economia para produzir avanços tecnológicos.

<sup>11</sup> O termo “eficiência de Pareto” (também chamado de “ótimo de Pareto”) foi cunhado em homenagem ao economista italiano Vilfredo Pareto, que viveu no início do século XX. Segundo esse conceito define-se como ótimo social aquela situação na qual nenhum indivíduo pode melhorar de condição (aumentar sua utilidade) sem que um outro piore.

distribuição de renda, não se deve suprimir ou intervir no mercado, mas sim de incentivar a transição de um ponto de equilíbrio a outro.<sup>12</sup>

Desse modo, a estratégia neoliberal de mitigação das “mazelas sociais” encontra-se ancorada ao mesmo ponto de partida que os demais elementos de sua estratégia de desenvolvimento. O Banco Mundial, a instituição que melhor personificou e difundiu a estratégia neoliberal de combate à pobreza, colocou ainda no início da década de 1990 as diretrizes dessa estratégia:

The evidence in this Report suggests that rapid and politically sustainable progress has been achieved by pursuing a strategy that has two equally important elements. The first element is to promote the productive use of the poor's most abundant asset – labor. It calls for policies that harness market incentives, social and political institutions, infrastructure, and technology to that end. The second is to provide basic social services to the poor. (Banco Mundial, 1990, p. 3)

Segundo essa perspectiva, seria particularmente importante para atingir esse objetivo específico dar atenção ao mercado de trabalho, já que este seria o *locus* de onde provêm os rendimentos da maioria da população pobre – advindos de seu “bem mais abundante”. Nesse sentido, as propostas neoliberais procuram invariavelmente, de um lado, incentivar as reformas para desregulamentação do mercado de trabalho, o que criaria incentivos à produção e, assim, ao aumento do emprego; e, de outro lado, políticas cuja ênfase é o capital humano dos indivíduos pobres, responsável por sua produtividade e, portanto, também por seus rendimentos.<sup>13</sup>

Simultaneamente, a operacionalização dessa estratégia, em termos de política, deveria, tanto quanto possível obedecer a três princípios: descentralização, privatização e focalização. Através da descentralização as comunidades teriam maior acesso ao conhecimento sobre as políticas públicas, podendo fiscalizá-las e melhor direcioná-las, reduzindo assim as falhas associadas à atuação do governo. Igualmente a privatização de todos os serviços que podem ser providos pelo mercado contribuiria para eficiência econômica. Por fim, e no mesmo sentido, a focalização das políticas sociais, ou seja, o

---

<sup>12</sup> Com efeito, a posição que a teoria neoclássica assume com relação à distribuição do bem-estar em uma determinada sociedade é o que se poderia definir como pragmática. De acordo com os neoclássicos sua responsabilidade, enquanto “ciência” termina no ponto em que entram os valores. A busca de se livrar de qualquer tipo de valores, a chamada “metafísica”, é uma antiga questão metodológica que assola várias teorias (filosóficas, sociológicas, econômicas etc.) nos mais diversos ramos das ciências sociais. As desventuras da economia neoclássica em busca de um “discurso neutro” e sua devida crítica podem ser vistas, por exemplo, em Duayer, Medeiros e Pains (2001).

<sup>13</sup> Vale lembrar, segundo a teoria neoclássica, em um mercado competitivo os salários são exatamente iguais à produtividade marginal do trabalho – o que significa dizer que os trabalhadores recebem uma parcela da renda igual àquela com que contribuíram para o produto.

direcionamento dessas políticas *somente* às camadas mais pobres da população contribuiria para o equilíbrio das contas públicas ao mesmo tempo em que geraria menos distorções nos “mecanismos de incentivo” dos indivíduos, criando portanto menos distorções na economia.

É importante observar que, segundo essa concepção, as políticas sociais deveriam se basear na noção de *igualdade de oportunidades*. A promoção da equidade nesses termos seria algo a ser buscado tanto por razões econômicas – na medida em que esses mecanismos seriam capazes de incentivar o desenvolvimento, quanto por razões éticas (humanitárias). Mais importante do que promover uma redistribuição de renda ou de riqueza, seria adotar uma política de “redistribuição” de ativos-chave – sobretudo três ativos, terra, crédito e, principalmente, educação –, no sentido de capacitar para os pobres a vencer sua condição com “seu esforço próprio”, como puseram Birdsall e Székely (2004) em sua contribuição ao Consenso de Washington.

A década de 1990 ficou marcada na América Latina pela aplicação dos princípios neoliberais. Ao contrário do que prometera essa estratégia de desenvolvimento, o que se viu foi uma degradação das condições sociais com o aumento do número de pobres, aumento do desemprego e do subemprego etc. Essa precarização, reconhecida mesmo pelos defensores da estratégia neoliberal, impulsionou críticas à esquerda e à direita e deu visibilidade a estratégias como novo-cepalina que se pretendem alternativas ao modelo ora posto. Faz-se mister, nesse sentido, o estudo cuidadoso de alternativas hoje realmente postas para a região.

### **3. A TRANSFORMAÇÃO CEPALINA E SUA PROPOSTA DE “TRANSFORMAÇÃO PRODUTIVA COM EQUIDADE”**

#### ***3.1 Da CEPAL à Nova CEPAL***

Fundada em 1948, a CEPAL alcançou grande renome ainda na década de 1950 com a análise pioneira desenvolvida por Raúl Prebisch. Em um cenário no qual a teoria do comércio internacional era dominada por uma ortodoxia que se inspirava nas vantagens comparativas de Ricardo, a CEPAL entrou no debate econômico indo diretamente de encontro aos preceitos dessa teoria, com a “teoria da deterioração dos termos de troca”.

O centro da tese de Prebisch era que a produção industrial apresentava “vantagens comparativas dinâmicas” em relação à produção de bens primários. Com base nessa percepção, defendia-se uma atuação direta dos Estados na periferia com vistas à industrialização de seus países. Assim, durante os anos 1950 e 60 a CEPAL foi responsável por formular as análises e mesmo políticas públicas que, ao contrário do que sustentava a teoria ortodoxa das vantagens comparativas, tinham como fim a industrialização na periferia capitalista, como forma de esses lograrem uma melhor inserção internacional no sistema capitalista e um mercado interno mais dinâmico, capaz de eliminar seus problemas sociais.

Uma peculiaridade das análises produzidas pela CEPAL em seu período clássico era que elas se apoiavam em um método histórico-estruturalista. Esse método se caracteriza por induzir dos processos históricos, passados e presentes, conclusões sobre a conformação das estruturas socioeconômicas e sobre o modo como estas mesmas estruturas condicionariam a dinâmica social e reproduziriam problemas das sociedades estudadas.

Com efeito, essa é uma das características apontadas por Ricardo Bielschowsky para sugerir que não houve na década de 1990 uma ruptura histórica da CEPAL com seu passado. O autor considera que a coerência em relação a este método e a manutenção do estudo dos problemas históricos da América Latina permitem a caracterização de uma unidade no pensamento da instituição. Segundo o economista, “os diferentes planos e as diferentes teses estão perfeitamente ‘amarradas’ pelo método histórico-estruturalista e pelas idéias-força que determinaram a produção das teses [cepalinas]”. (Bielschowsky, 2000, p. 18) Ora, concorde-se ou não com as teses formuladas pela CEPAL em sua fase clássica, é inegável a diferença de conteúdo com relação às análises produzidas no período recente. Como observa Carcanholo:

Ao contrário do que pensa Bielschowsky, não é a permanência dos temas o que dá coesão teórica e metodológica a qualquer tipo de pensamento, mas a forma como são abordados. Subdesenvolvimento, pobreza, distribuição de renda, heterogeneidade, restrições externas, não são temáticas exclusivas do pensamento crítico. Trabalha-las a partir de uma concepção teórica e metodológica crítica e, portanto, não ortodoxa, é que faz de um pensamento ser crítico, alternativo. (Carcanholo, 2006)

É verdade que Bielschowsky não nega que houve mudanças no pensamento da CEPAL.<sup>14</sup> Contudo o autor defende que essas mudanças seriam antes uma adaptação aos novos tempos: “O ‘neo-estruturalismo’<sup>15</sup> cepalino recupera a agenda de análises e de políticas de desenvolvimento, adaptando-a aos novos tempos de abertura e globalização. [...] São tempos de ‘compromisso’ entre a admissão da conveniência de que se ampliem as funções do mercado e a defesa da prática de intervenção governamental mais seletiva.” (Bielschowsky, 2000, p. 63-64) Antes de analisar propriamente esse novo “compromisso” cepalino convém examinar o panorama geral de sua perspectiva.

O marco inaugural da Nova CEPAL é tido como o lançamento do documento “Transformação produtiva com equidade”. (CEPAL, 1990) Isso porque, ainda que textos anteriores já assumissem a mesma perspectiva, o documento é o primeiro a reconhecê-la como a perspectiva da instituição.

Em “Transformação produtiva com equidade” é defendido que a América Latina deveria buscar uma maior interface com o mercado externo e uma nova forma de atuação estatal que fomentassem um estilo de competição baseado em ganhos de produtividade. O diagnóstico da instituição sugeria que as economias latino-americanas chegavam à década de 1990 carregando de seu passado uma série de “insuficiências”: desequilíbrio macroeconômico, obsolescência da planta de capital e da infra-estrutura física, atraso tecnológico, desgaste da capacidade de financiamento e gestão dos governos, incapacidade de incorporar um grande número de pessoas no mercado de trabalho e o mau aproveitamento de seus recursos naturais.

A proposta neo-cepalina é a adoção de um novo modelo econômico baseado em uma “competitividade virtuosa”, impulsionada pela concorrência inter-capitalista, em detrimento do modelo ora vigente, baseado na “competitividade espúria”, dada somente via diminuição de salários, que reduzia a eficiência e levava a uma concentração de renda ainda maior na região. A receita da Nova CEPAL para lograr tais resultados seria semelhante a neoliberal: estabilidade macroeconômica; abertura comercial para estimular a concorrência e assim a eficiência econômica, ao mesmo

---

<sup>14</sup> Para Bielschowsky (2000, p. 60), caracteriza como a fase da “transformação produtiva com equidade” o que se está chamando de Nova CEPAL.

<sup>15</sup> “Neo-estruturalismo” é a forma como os próprios teóricos da Nova CEPAL sugerem chamar sua perspectiva metodológica.

tempo em que permitiria incorporação tecnológica; abertura e desregulamentação financeira, para financiar os investimentos necessários etc. A diferença com relação àquela estratégia seria, segundo os próprios neoestruturalistas, dada pela atuação gerencial do Estado, que deveria ser forte para supervisionar todo esse processo.<sup>16</sup>

### 3.2 O “*mal-estar*” social latino-americano – *reformando as reformas*

A atitude da Nova CEPAL perante a implantação das reformas neoliberais na América Latina foi procurar um “meio termo”. Não se responsabilizava, em virtude de suas próprias convicções teóricas, o receituário neoliberal, embora se buscasse culpar o neoliberalismo pelo mau desempenho econômico e social da região. Não seriam as reformas em si, mas o afã neoliberal com que as reformas eram aplicadas o produtor dos custos sociais pagos pela maioria da população latino-americana. Mais uma vez, a idéia que guiava a estratégia de desenvolvimento proposta pela CEPAL defendia que as “reformas estruturais” poderiam render benefícios, desde que administradas.

Assim, a avaliação novo-cepalina sugere que as reformas estruturais foram responsáveis por avanços em diversas áreas da economia, mas que elas se mostraram insuficientes e mesmo inadequadas em outras áreas – notadamente o desempenho foi considerado ruim no que tange ao crescimento econômico, à vulnerabilidade financeira, à taxa de poupança e, principalmente, à redução das “mazelas sociais”. Em virtude dessa decepção em algumas áreas, sugerir-se-ia uma nova onda de reformas “estruturais” para levar a cabo o que não tinha sido feito ou corrigir erros da implantação neoliberal das primeiras reformas – o que os autores neoestruturalistas chamaram de “reformar as reformas”.

É exatamente com essa perspectiva que são apreendidos os “maus” resultados no “setor social” obtidos ao longo da década de 1990:

A magnitude do crescimento econômico e a redução da inflação são o primeiro entre os fatores determinantes da redução da pobreza; o segundo é o esforço persistente de aumentar os gastos sociais e, mais recentemente, de distribuí-los de maneira mais eficiente. (CEPAL, 1997, p. 925)

A reforma das políticas sociais confere uma importância especial à gestão mais eficiente dos recursos. Por isso, parece imprescindível que essas reformas sejam acompanhadas de modificações na organização institucional, centradas numa melhor atenção ao usuário, numa focalização melhor e numa

---

<sup>16</sup> Veja-se, por exemplo, Ramos (1997).

descentralização maior, e que vinculem os recursos ao desempenho e à qualidade dos serviços. (Ibid, p. 934)

Segundo a visão da Nova CEPAL, as pretendidas “mudanças na organização institucional” deveriam se efetivar como forma de garantir a focalização dos gastos públicos nos mais miseráveis, a descentralização desses gastos e a “abertura” à maior participação privada em quase todos os mecanismos de proteção social.<sup>17, 18</sup> Além disso, são sugeridas políticas destinadas ao mercado de trabalho, voltadas, de modo amplo, à “conciliar um maior espaço de flexibilidade trabalhista com pisos mínimos de proteção social ao trabalhador”, (Ibid, p. 929) e, de modo mais específico, à garantia de crédito e qualificação para os trabalhadores. Com isso, a instituição pretendia garantir a “equidade” de sua estratégia – uma equidade entendida em termos das oportunidades individuais, precisamente igual àquela sugerida pela estratégia neoliberal.

Não é difícil perceber que essa visão se apóia em uma perspectiva rigorosamente igual àquela sugerida pela ideologia neoliberal e empurrada pelos organismos multilaterais (Banco Mundial, FMI etc.). Com efeito, essas perspectivas foram, de certo modo, unificadas no período recente através do lançamento dos “Objetivos de Desenvolvimento do Milênio” (MDG), pelas Nações Unidas.<sup>19</sup> Os MDG, dos quais a CEPAL é signatária, prevêm em sua primeira meta reduzir pela metade a pobreza extrema e a fome no mundo até 2015. Os meios para alcançar tal fim são os já tradicionalmente alardeados pelo Banco Mundial & Cia. e endossados pela Nova CEPAL, o fortalecimento das capacidades dos pobres:

Quando apropriadamente providos de capital humano, infra-estrutura e direitos humanos básicos numa economia baseada em mercado, mulheres e homens podem conseguir emprego produtivo e decente através de iniciativa pessoal. Quando a infra-estrutura, a saúde e a educação são disponibilizadas amplamente, os países pobres podem integrar a divisão de trabalho global de maneira que promovam o crescimento econômico, melhorem o padrão de

---

<sup>17</sup> Recentemente a Nova CEPAL fez um movimento de mascarar sua defesa das políticas sociais focalizadas – talvez por causa da persistente associação dos críticos entre essas políticas e o neoliberalismo. Assim, em seu último relatório institucional a agência explica que a universalização da proteção social é imprescindível, mas quando se aprofunda no assunto, eis o que sugere: “Diante de necessidades e direitos considerados universais, o Estado deve apoiar especialmente os que não estão em condições de se autofinanciar e cuja voz é mais fraca no debate público. Por conseguinte, a seletividade e a focalização bem entendidas não contradizem o caráter universal dos direitos sociais, mas todo o contrário: são um instrumento de redistribuição que, levando em conta os recursos disponíveis para repartição, apontam para a titularidade de um direito social por parte daqueles que se vêem mais privados de seu exercício”. (CEPAL, 2006, p. 14)

<sup>18</sup> No mesmo documento (CEPAL, 1997), sugere-se o aumento da participação privada nos sistemas educacional (p. 931), de saúde (p.933), habitacional (p. 934) e previdenciário (p. 934).

<sup>19</sup> Veja-se, por exemplo, Projeto Milênio das Nações Unidas (2005) e CEPAL (2005).



vida e aumentem a sofisticação tecnológica. (Projeto Milênio das Nações Unidas, 2005, p. 13)

Em suma, durante a década de 1990, quando o neoliberalismo atingiu seu auge na América Latina, a CEPAL optou por não se contrapor às ditas “reformas estruturais” e, mais que isso, deu eco à teorização ortodoxa segundo a qual essas reformas desempenhavam um papel central na eliminação de ineficiências e de distorções do sistema de preços. Mesmo o fato de a Nova CEPAL admitir a responsabilidade das mesmas reformas no “desastre” latino-americano da última década não provocou, na instituição, uma defesa da reversão dessas políticas, pretendendo ao invés “reformular as reformas” já realizadas pelo neoliberalismo e levar adiante, com cuidadosa gerência, as “reformas de segunda geração”.

Não obstante a pretensão neo-cepalina de contrapor-se ao neoliberalismo, o fato é que, olhando a estratégia neoliberal, constata-se um discurso bastante semelhante: o próprio Consenso de Washington, que no início da década 1990 se tornou ícone da estratégia neoliberal na América Latina, no fim da mesma reformulou-se para expressar a necessidade de corrigir erros de implantação de seu receituário e defender o aprofundamento das reformas estruturais na América Latina, naquilo que ficou conhecido como pós-Consenso de Washington.

#### **4. POR ALTERNATIVAS REAIS**

Defende-se aqui que, para pensar estratégias de desenvolvimento realmente alternativas às hoje postas, diferentes níveis de crítica podem ser considerados.

Um primeiro nível a se considerar diz respeito à “alternativa” cepalina e sua relação com o neoliberalismo. Como se tentou demonstrar nas seções anteriores, as visões neoliberal e cepalina pouco se distanciam. Um bom exemplo dessa proximidade pode ser visto no esboço exposto acerca do entendimento que ambas as visões têm sobre bem-estar e políticas sociais. Observa-se que as duas perspectivas se baseiam rigorosamente nas mesmas referências teóricas – motivo pelo qual extraem políticas exatamente do mesmo tipo.

O centro da proposta da Nova CEPAL é que as reformas neoliberais não são ruins em si: acarretam consigo resultados positivos e negativos, do que concluem que a melhor atitude seria o gerenciamento dos efeitos nocivos das reformas neoliberais. Entende-se, neste trabalho, que o neoliberalismo foi responsável por um

aprofundamento quase sem precedentes da condição de dependência da América Latina.<sup>20</sup> Nesse sentido, argumenta-se que para formular uma alternativa coerente ao neoliberalismo se deve partir de uma ruptura radical com os preceitos deste.

É necessário pensar em alternativas não-neoliberais para América Latina. Inúmeros estudos econômicos críticos vêm, de longa data, procurando construir alternativas baseadas em uma atuação estatal diferenciada, que não tem ouvidos somente às demandas do capital, mas às demandas de toda a sociedade. Da mesma forma, é possível implementar políticas sociais de combate à pobreza que não sejam neoliberais – políticas universalizantes, de garantia de direitos dos trabalhadores, de redistribuição de renda, mas que afete efetivamente a distribuição funcional da renda, de redistribuição de riqueza. Aliás, isso é o que o termo “políticas sociais” realmente significa.

Porém, defende-se ainda que é preciso ir além da mera crítica ao neoliberalismo. É preciso pensar em formas alternativas de organização social que sejam não capitalistas, porque uma ruptura com o neoliberalismo que deixe intocados os princípios do modo de produção capitalista mantém sempre no plano do inatingível as possibilidades de se eliminar as “mazelas sociais” – “mazelas” que não são, do ponto de vista sistêmico, “males”; ao contrário, são parte constituinte do modo de produção capitalista, perfeitamente necessárias para o bom funcionamento deste. O capitalismo tem em sua própria lógica a característica de produzir concentração de renda, riqueza, pobreza, miséria, desigualdades, etc. Nesse sentido, qualquer política social dentro do capitalismo está fadada a ser, *ad eternum*, meramente compensatória, por mais necessária que ela se apresente.

Como observou István Mészáros, os ideólogos do capital consideram que não há como mudar a ordem atual, o sistema do capital, seja com mudanças estruturais ou apenas periféricas. Consideram, entretanto, que as únicas mudanças admissíveis seriam aquelas em “certos efeitos negativos”, mas que seriam vistos como não tendo nenhuma conexão com sua base causal. Mais uma vez, a referência óbvia é às ditas “mazelas sociais”:

Contudo, se há uma interpretação que realmente merece ser chamada de absurdo total no reino da reforma social, esta não é a defesa de uma grande mudança estrutural [como sugerem os ideólogos do neoliberalismo], mas

---

<sup>20</sup> Entende-se dependência aqui nos termos desenvolvidos por Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e os demais teóricos da vertente marxista da Teoria da Dependência.

precisamente aquele tipo de exagerado otimismo cheio de explicações que *separa os efeitos de suas causas*. É por isto que a “guerra à pobreza”, tantas vezes anunciada com zelo reformista, especialmente no século XX, é sempre uma guerra perdida, dada a estrutura causal do sistema do capital – os imperativos estruturais de exploração que produzem a pobreza.

A tentativa de separar os efeitos de suas causas anda de mãos dadas com a igualmente falaciosa prática de atribuir o *status* de regra a uma *exceção*. É assim que se pode fazer de conta que não têm a menor importância a miséria e o subdesenvolvimento crônico que necessariamente surgem da dominação e da exploração neocolonial da esmagadora maioria da humanidade por um punhado de países capitalistas desenvolvidos. (Mészáros, 2002, p. 39)

No debate sobre bem-estar, a pergunta real, nunca feita por aqueles que optam por não questionar o capitalismo, não é verdadeiramente “como se atingir o nível ótimo de bem-estar social?”, mas sim “quem realmente ganha?” – a quem serve o desenvolvimento capitalista? A quem serve a sociedade de classes? Especialmente em países dependentes, como os latino-americanos, permanece impossível melhorar as condições de vida da maioria pobre da população enquanto não for questionada a pretensão tecnicista da teoria econômica convencional e da ideologia neoliberal.

#### REFERÊNCIAS:

ANDERSON, Perry. Idéias e ação política na mudança histórica. *Margem esquerda*, n.1, jan., 2003.

BANCO MUNDIAL. *World development report 1990: poverty*. Washington, DC: Banco Mundial, 1990. Disponível em: <www.worldbank.org>. Acesso em: 12/03/2006.

BANCO MUNDIAL. *World development report 2006: equity and development*. Washington, DC: BIRD/Banco Mundial; Nova Iorque: Oxford University, 2005.

BANCO MUNDIAL. *World Development Indicators*. Washington: BIRD/Banco Mundial, 2003. 1CD-ROM.

BIELCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BIRDSALL, Nancy; SZÉKELY, Miguel. Esforço próprio em vez de “paliativos”: pobreza, equidade e política social. In: WILLIAMSON, J.; KUCZINSKI, P. *Depois do Consenso de Washington: retomando o crescimento e a reforma na América Latina*. São Paulo: Saraiva, 2004.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. “Neoliberalismo e desenvolvimento em uma economia periférica”. In: XAVIER, Clésio (org). *Desenvolvimento desigual*. Uberlândia: EdUFU, 2004.

CARCANHOLO, Marcelo. Neoconservadorismo com roupagem alternativa: a nova cepal dentro do Consenso de Washington. *Anais do XI Encontro de Economia Política*, Vitória, 2006.

CEPAL. (1990) Transformação produtiva com equidade. In BIELCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. (1997) O hiato da equidade. In BIELCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. *Objetivos de desarrollo del milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe*. Santiago: Nações Unidas, 2005

CEPAL. *Enfrentando o futuro da proteção social: acesso, financiamento e solidariedade (síntese)*. Santiago do Chile: Nações Unidas, 2006. Disponível em: <www.eclac.cl>. Acesso em: 23/02/2006.

CEPAL/UNESCO. (1992) Educação e conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade. In BIELCHOWSKY, Ricardo. *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CISE, Pierre. Sobre o Neoliberalismo. *A Verdade*: revista teórica da quarta internacional, Lisboa, n.47, mar, 2006.

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João L. G.; PAINCERA, Juan P. A miséria do instrumentalismo na tradição neoclássica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v.15, n.4, p.723-783, out-dez 2001.

FFRENCH-DAVIS, Ricardo. *Reformas para América Latina: después del fundamentalismo neoliberal*. Buenos Aires: Siglo Vienteuno Editores Argentina, 2005.

HOBSBAWM, E. J. *A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

MÉSZÁROS, Istvan. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. São Paulo: Boitempo, 2002.

OCAMPO, J. Más allá del Consenso de Washington: una visión desde la CEPAL. *Revista de la CEPAL*, n. 66, dec., 1998.

OCAMPO, J. *Rethinking the development agenda*. Santiago: Nações Unidas, 2001.

PROJETO DO MILÊNIO DAS NAÇÕES UNIDAS 2005. *Investindo no Desenvolvimento: um plano prático para atingir os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (Visão Geral)*. Nova Iorque: Nações Unidas, 2005.

RAMOS, Joseph. Un balance de las reformas estructurales neoliberales en América Latina. *Revista de la CEPAL*, Santiago de Chile, n. 62, ago., 1997.

VITAGLIANO, Luís Fernando. *A Cepal no Fim do Milênio: a resposta aos “Programas de Ajustes” Neoliberais*. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2004.

WILLIAMSON, John. What Washington means by policy reform. In: \_\_\_\_\_. *Latin American adjustment: how much has happened?* Washington, DC: Institute for International Economics, 1990. Disponível em:  
<<http://www.iie.com/publications/papers/paper.cfm?ResearchID=486>>. Acesso em: 12/03/2006.